



Manifesto Cidadão

Unidos na diferença, somos Moçambique

RELATÓRIO NARRATIVO DE ACTIVIDADES

Índice

1. Introdução.....	3
2. Objectivos.....	4
3. Actividades realizadas no mês de Julho	4
I - Província de Niassa.....	5
3.1 Oficina de Ideias.....	5
3.2 Terreno Comum.....	7
3.3. Conselho e Café cidadão em Mandimba.....	8
3.3.1 Conselho – Mandimba.....	8
3.4 Conselho e Café Cidadão em Nipepe.....	11
II Província de Nampula.....	14
3.5 Conselho e Café Cidadão em Angoche	14
3.6 Conselho e Café Cidadão em Moma	17
3.6.1 Conselho Cidadão.....	17
4. ACTIVIDADES REALIZADAS NO MÊS DE AGOSTO	21
I Província de Nampula e Niassa.....	21
II Oficinas de Ideias e Terrenos Comum região Sul.....	22
4.1 Conselho Cidadão e Café Cidadão em Monapo.....	22
4.2 Conselho e Café em Marrupa	25
4.3 Conselho Cidadão em Sanga	27
5. Recomendações	33
Conclusão	34
Anexos.....	35

RELATÓRIO NARRATIVO DE ACTIVIDADES

Data: Julho e Agosto de 2025

Iniciativa: Manifesto Cidadão

1. Introdução

O presente relatório apresenta as principais actividades realizadas no âmbito da iniciativa Manifesto Cidadão, no período de Julho a Agosto de 2025. Durante o período em análise, registou-se um importante avanço no processo de consolidação das actividades da iniciativa **Manifesto Cidadão**. Foram dinamizadas acções em diversos distritos da região norte do país, com especial incidência nas províncias de **Nampula** e **Niassa**, envolvendo encontros comunitários (**Conselhos e Cafés Cidadãos**), **oficinas de ideias** e **Terrenos Comuns**. Estas intervenções permitiram ampliar o alcance territorial da Iniciativa, fortalecer a participação cidadã e aprofundar o diálogo sobre as prioridades locais, criando condições para a recolha e sistematização de contributos relevantes para Conferência Nacional do Manifesto Cidadão.

Importa salientar que, durante estes meses, contámos com o apoio fundamental do CESC - Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil, no âmbito do Projecto Pró-Cívico, implementado em consórcio com o IMD - Instituto para Democracia Multipartidária, o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) e o Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD). O CESC tem sido um parceiro estratégico para a implementação das actividades nas províncias de Nampula e Niassa, bem como na cidade de Maputo, cuja colaboração foi decisiva para o alcance dos resultados reportados.

Para o Conselho e Café Cidadão, foi aplicada uma metodologia que privilegiou o diálogo aberto, a produção colectiva de conhecimento e o aprofundamento crítico sobre os desafios dos cidadãos e cidadãs moçambicanos em cada local visitado.

Cada sessão foi desenhada para fomentar o pensamento crítico, facilitar a partilha de preocupações e valorizar propostas locais, reconhecendo os cidadãos e cidadãs como actores centrais na identificação de soluções adequadas aos seus próprios contextos. A metodologia procurou valorizar a voz dos cidadãos e cidadãs, como também reforçar a confiança institucional por via da responsabilização pública.

Ao criar espaços genuínos de participação, estas actividades contribuíram também para sensibilizar os decisores locais, muitas vezes distantes da realidade no terreno, para os desafios estruturais enfrentados pelas comunidades, nomeadamente nas zonas rurais, periféricas ou historicamente negligenciadas pelos processos formais de governação.

Paralelamente, foram promovidas **Oficinas de Ideias e Terrenos Comuns**, concebidas como espaços híbridos, presenciais e online que combinaram formatos expositivos e de debate. Estas actividades adoptaram uma abordagem metodológica orientada para o diálogo estruturado, permitindo a partilha de conhecimento especializado e a reflexão crítica.

2. Objectivos

As actividades realizadas tiveram como objectivo criar espaços estruturados de escuta e participação cidadã, promovendo o diálogo entre cidadãos e decisores locais.

Os encontros permitiram, igualmente, colher e sistematizar propostas locais para a melhoria da governação e dos serviços públicos, bem como propostas concretas para agenda da futura Conferência Nacional sobre Manifesto Cidadão.

3. Actividades realizadas no mês de Julho

Nº	Actividade	Data	Local	Facilitador
1	Oficina de Ideias: Desafios da Consolidação da Democracia	07/07/2025	Lichinga-Niassa	Joaquim Maloa
2	Terreno Comum: A Quem Deve Pertencer a Terra?	07/07/2025	Lichinga-Niassa	Joaquim Maloa
3	Conselho e Café Cidadão	08/07/2025	Mandimba-Niassa	Fox Eliotério
4	Conselho e Café Cidadão	11/07/2025	Nipepe-Niassa	Malton Gervásio
5	Conselho e Café Cidadão	14 e 15/07/2025	Angoche-Nampula	Faque Passiano
6	Conselho e Café Cidadão	16/07/2025	Moma-Nampula	Mussa Issa Mapelula

I - Província de Niassa

3.1 Oficina de Ideias

Com o tema “Desafios da Consolidação da Democracia Moçambicana”, a oficina de Ideias na cidade de Lichinga decorreu no dia 07 de Julho, na Universidade Católica de Moçambique (UCM). A sessão contou com a presença de 38 participantes de organizações da sociedade civil (OSC), universidades e representantes da Assembleia Provincial de Niassa.

a) Pontos-Chave da palestra:

- Redução dos poderes do Presidente da República na nomeação de Reitores, Presidentes dos Tribunais, Procurador Geral e Comandante Geral da Polícia, entre esses titulares;
- Criação de espaços seguros para debate democráticos;
- Criação de Política de tolerância política;
- Reforço das capacidades das instituições democráticas e de justiça.

b) Discussão e propostas:

- Para consolidação democrática, deve se reduzir o poder do Presidente da República – devemos fazer uma revisão estrutural da constituição;
- Um dos participantes questionou o que devemos fazer para acabar com o medo de sermos mortos, quando criticamos o Governo;
- Um outro interveniente disse que a democracia em Moçambique é artificial e não é efectiva;
- Uma discussão divergente foi que o importante não é mudar o sistema político; temos o exemplo da China, que se desenvolveu e é uma potencia mundial;
- Melhoria das escolhas dos titulares de justiça - eles não podem ser árbitros e, ao mesmo tempo, jogador. Isto quer dizer que não podem ser nomeados pelo Presidente de um partido, que também recorre a mesma para a resolução dos conflitos eleitorais;

- Um dos intervenientes disse que a nossa Democracia é zero, basta ver os indicadores da precarização da nossa educação, a população não sabe ler e tem uma limitação de compreender a política.

c) Recomendações

Durante o debate foi consensual a alteração da Constituição para a Redução dos poderes do Presidente da República na nomeação de Reitores, Presidentes dos Tribunais, Procurador-Geral e Comandante-Geral da Polícia, entre outros titulares.

d) Observações

Os participantes mostraram uma liberdade de participação e comunicação sobre a democracia moçambicana. Na experiência vivenciada, houve ampla liberdade para interagir com os participantes e os actores políticos e académicos envolvidos na oficina de ideias. Ela originou-se da qualidade da negociação prévia, do papel de facilitador acordado e da contrapartida prevista para a organização. Sugere-se, por isso, que a entrada do facilitador na oficina de ideias seja tratada no nível estratégico da organização e que seu papel e as expectativas sejam formalizados por ambas as partes.





Imagens I- sessão de Oficina de Ideias em Lichinga

3.2 Terreno Comum

Ainda em Lichinga, no Salão do Conselho Islâmico, no dia 07 de Julho, realizou-se o Terreno Comum, com o seguinte tema: “A quem deve pertencer a posse da terra (sic). O Estado ou particulares e comunidades?” O debate centrou-se no Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), tema central na governação fundiária.

O evento decorreu em formato de painel, no momento de abertura, depois em roda de debate.

a) Discussão

- As propostas apresentadas destacavam a questão da privatização da terra, como uma forma de garantia e da promoção das iniciativas dos camponeses;
- A decisão dos recursos naturais ou da terra devia pertencer ao cidadão e não ao Estado;
- As comunidades e os indivíduos não se beneficiam quando os megas projectos exploram os recursos;
- A Lei de Terra em revisão deve equilibrar os interesses do Estado, das comunidades e dos operadores económicos;
- Persistem divergências sobre a viabilidade da privatização da terra e os riscos de exclusão socioeconómica que ela pode acentuar.

b) Áreas de Convergência:

- A Lei da Terra, que está em revisão, deve beneficiar ao Estado, as comunidades e ao operador;
- Maior fiscalização do Estado na questão da terra;
- Maior participação da população na elaboração da legislação.

c. Questões em Aberto: A maior discordância persistentes e a questão da privatização da terra e o Direito de Posse, se deve pertencer às Comunidades ou ao Estado. Estas duas questões devem ser encaminhadas para os futuros debates.

d) Recomendações: Apesar de existir terreno comum de maior participação das comunidades na elaboração das legislações. Ainda deve se debater a questão da participação dos cidadãos na tomada de decisão, se as formas consagradas no nosso ordenamento jurídico conseguem abarcar os principais interesses dos intervenientes que são os camponeses ou exclui uma gama dos benefícios comuns. Mas também a questão de posse da terra deve merecer também um aprofundamento em debates públicos.



Imagens II- sessão de Terreno Comum na sala do conselho Islâmico de Moçambique em Lichinga

3.3. Conselho e Café cidadão em Mandimba

3.3.1 Conselho – Mandimba

No dia 08 de Julho de 2025, decorreu no distrito de Mandimba, província do Niassa, que contou com a participação activa de 15 membros da comunidade local. A actividade teve como objectivo geral identificar as principais dificuldades socioeconómicas enfrentadas pela população daquele distrito.

De forma mais específica, pretendeu-se ouvir e registar as principais preocupações e desafios vivenciados pela população, bem como promover um espaço de diálogo

participativo, onde os membros da comunidade pudessem partilhar livremente as suas experiências e propor possíveis soluções para os problemas identificados.

A metodologia adoptada consistiu na realização de uma plenária aberta, com forte adesão e o elevado nível de interesse demonstrado pelos participantes. Durante a sessão, os presentes foram convidados a reflectir sobre o funcionamento e a qualidade dos serviços públicos disponíveis na região, partilhando as suas vivências de forma espontânea e colaborativa.

a) Principais discussões no Conselho:

- Serviços de Saúde: Inacessibilidade, mau atendimento, favoritismo, ausência de ética profissional.
- Educação: Superlotação das salas de aula, absentismo docente, assédio sexual, fraca qualidade pedagógica.
- Segurança: Presença policial limitada, corrupção, ausência de serviços de emergência.
- Infraestruturas: Obras sem consulta pública, falta de espaços de lazer, vias degradadas.
- Economia local: Especulação de preços, produtos vencidos, informalidade desregulada.
- Registos e Notariado: Morosidade, escassez de pessoal, fraca cobertura nas zonas rurais.

3.3.2 Café Cidadão -Mandimba

No período da tarde, do dia 08 de Julho, deu-se lugar ao Café-Cidadão, no qual foram apresentados em plenária os principais pontos levantados pela comunidade durante o conselho cidadão. A sessão contou com a presença dos membros do governo local, nomeadamente o Administrador do Distrito, o Secretário Permanente e representantes dos diversos serviços distritais, bem como parte dos membros do Conselho Cidadão.

Durante o encontro, o governo, por intermédio do Administrador e da sua equipa, acolheu as preocupações manifestadas pela população. A administração local reconheceu que todas as questões levantadas são legítimas e fundamentadas, e assumiu o compromisso

de redobrar os esforços para responder com maior eficiência e eficácia às necessidades colectivas.

a) Compromissos assumidos no Café Cidadão:

- Fiscalização em lojas sobre produtos vencidos é feita trimestralmente, em coordenação com os sectores da saúde e município.
- Criação de novos canais de diálogo e o reforço das equipas de trabalho conjunto entre governo e comunidade.
- Aquisição de uma nova ambulância para o distrito.
- Realização de campanhas móveis de registo como BI, certidões e registos civis.
- Criação de mecanismos de denúncia comunitária para combater práticas corruptas.

b) Obstáculos identificados: Muitas das preocupações e as soluções propostas estão reféns das limitações orçamentais, o que compromete a execução de projectos ao nível local. Para além disso, várias decisões estratégicas continuam dependentes de instâncias superiores da administração pública, nomeadamente do governo provincial e central. Entre essas decisões incluem-se a construção de novos centros de saúde, escolas e a eletrificação do distrito. Esta excessiva centralização limita a autonomia do governo local e atrasa a resposta às necessidades imediatas das comunidades.

C. Recomendações

- Descentralizar recursos e competências para as administrações locais, permitindo maior autonomia e resposta eficaz às prioridades comunitárias.
- Garantir a continuidade desses espaços de debate plural como instrumentos de aprofundamento democrático.





Imagens III- Sessão de Conselho e Café Cidadão em Mandimba

3.4 Conselho e Café Cidadão em Nipepe

3.4.1 Conselho Cidadão

No distrito de Nipepe, no dia 11 de Julho, realizou-se o Conselho Cidadão, com o debate focado na “Participação Comunitária na Tomada de Decisão”. Outros pontos foram levantados durante essa sessão com destaque para o emprego, transparência e falta de oportunidades para jovens. Os participantes distinguiram entre presença simbólica e participação efectiva, sublinhando que estar presente não equivale a influenciar decisões.

No encontro, estiveram presentes representantes de diversos grupos sociais e comunitários, que denunciaram a exclusão sistemática da comunidade nos processos de tomada de decisão, sublinhando que muitas decisões com impacto directo na vida local são tomadas sem consulta prévia ou envolvimento efectivo da comunidade.

a) Discussão

- Falta de convites formais para reuniões comunitárias, muitas vezes concentradas em círculos de confiança ou com critérios pouco claros.
- Falta de transparência no processo de selecção dos convidados, o que alimenta dúvidas e desconfiança.

- Medo de represálias ou perseguições, sobretudo para funcionários públicos ou membros de organizações da sociedade civil que exprimem posições críticas.
- Desconhecimento generalizado sobre os direitos de participação, sobre o conteúdo dos documentos públicos e sobre os canais formais de acesso à informação.
- Falta de liberdade de expressão, percebida como limitada pela pressão social ou pelo receio de consequências ou represálias.

3.4.2 Café Cidadão

O Café Cidadão, aconteceu igualmente no dia 11 de Julho. Na sessão o governo distrital comprometeu-se a incluir a comunidade e a expandir os mecanismos de participação comunitária nas reuniões dos Conselhos Consultivos, como forma de garantir uma governação mais inclusiva.

a) Compromissos assumidos no Café Cidadão:

- No que diz respeito aos compromissos assumidos, o governo disse daqui em diante irá estar a convidar as pessoas apesar de falta de critério.
- O governo também assumiu que não vai conseguir chamar todas camadas durante as reuniões, mas fazer uma selecção mais criteriosa.
- O governo pediu aos presentes para se organizar em associações e posterior serão convidados de forma representativa.

b) Obstáculos identificados: Durante o encontro, o ambiente foi marcado por tensão e constrangimento. O receio de retaliações e os comentários depreciativos em torno das opiniões partilhadas no Conselho Cidadão levaram vários participantes a optarem pelo silêncio durante o diálogo com as autoridades locais. Em alguns casos, houve quem preferisse abandonar a sala no momento da apresentação das propostas comunitárias. Esta limitação foi particularmente visível quando, no decorrer das respostas institucionais, se ouviram expressões de carácter intimidatório, que inibiram ainda mais a participação plena dos presentes.

c) Recomendações

Para a consolidação de uma cultura cívica activa e para o aprofundamento da democracia participativa a nível local, reconhecendo o papel vital das comunidades como co-gestoras do bem público sugerem-se as seguintes recomendações:

- Mapear e corrigir as lacunas nos actuais mecanismos de participação, em particular para mulheres, jovens, pessoas com deficiência e comunidades rurais remotas.
- Incentivar e institucionalizar a troca de experiências entre actores locais.
- Fortalecer os mecanismos de transparência e prestação de contas, reconhecendo a participação comunitária como uma ferramenta essencial para o escrutínio das acções governamentais e a eficácia das políticas públicas.



Imagens IV- Sessão de Conselho e Café Cidadão em Nipepe

II Província de Nampula

3.5 Conselho e Café Cidadão em Angoche

3.5.1 Conselho Cidadão

Na província de Nampula, o Manifesto visitou o distrito de Angoche, localidade de Inguri, onde realizou no dia 14 de Julho uma sessão do Conselho Cidadão. Durante o encontro, foram identificadas preocupações estruturais que afectam directamente o bem-estar da população, com destaque para os sectores da saúde, educação, emprego, transporte e segurança. A sessão permitiu recolher preocupações relevantes, particularmente nos sectores acima mencionados, as quais serão apresentadas no Café Cidadão.

a) Discussão

- Transporte - Não há serviços de transporte que garantam a locomoção dentro do município. Além disso, existe uma carência significativa de embarcações para a travessia entre as ilhas Segundas (constituída pela Ilha Moma, Ilha de Caldeira, Ilha Nejovo, Ilha Puga-Puga e Ilha Mafamede) e o arquipélago de Angoche e o continente, impactando directamente a mobilidade da população.
- Vias de acesso precárias: As estradas do distrito estão degradadas, com buracos e pouca manutenção, dificultando o transporte de pessoas e mercadorias.
- Transporte Ineficiente: Os sistemas de transporte rodoviário e marítimo são deficientes, afectando o escoamento da produção e o acesso a serviços essenciais
- Insuficiência de carteiras, salas de aula e livros didácticos.
- Ausência de bibliotecas escolares e distritais.
- Turmas superlotadas, com rácios que chegam a 130 alunos por professor.
- Falta de infraestruturas básicas, como casas de banho e água potável.
- Práticas ilícitas, incluindo cobranças para aprovação de alunos.
- O acesso ao emprego continua fortemente condicionado por práticas de corrupção e favoritismo, como cobranças indevidas e exigência de "padrinhos".
- Jovens qualificados enfrentam dificuldades significativas para ingressar no mercado de trabalho, inclusive após formação técnico-profissional.
- Os processos de recrutamento são frequentemente manipulados e muitas vagas já têm candidatos definidos
- Mau atendimento e falta de medicamento nos hospitais

- Corrupção e cobranças ilícitas e doenças causadas por poeira ou substâncias tóxicas

3.5.2 Café Cidadão

Em Angoche, o Café Cidadão aconteceu no dia 15 de Julho e debruçou-se sobre o acesso ao emprego, especialmente no contexto da exploração de recursos naturais. Apesar da presença de apenas três entidades governamentais, a Direcção do Trabalho, o Instituto Nacional de Educação de Adultos (INEP) e a Polícia, a ocasião proporcionou uma discussão mais aprofundada sobre as questões relacionadas com o acesso ao emprego. Durante o debate a direcção do trabalho denunciou a sua exclusão dos processos de contratação de mão-de-obra local por parte das empresas, o que compromete a transparência e o aproveitamento da força de trabalho local.

a) Compromissos assumidos no Café Cidadão:

Durante o encontro foram assumidos os seguintes compromissos:

- Estabelecer mecanismos eficazes de denúncia de corrupção no acesso ao emprego, através de linhas verdes, cartas de denúncia e canais formais junto de responsáveis institucionais.
- Promover a divulgação contínua dos canais oficiais de denúncia, incluindo a Procuradoria-Geral, o Comando Distrital da Polícia e outras direcções relevantes.
- Reforçar a formação profissional, através da expansão de programas gratuitos e da criação de um Instituto Nacional de Formação e Recrutamento Profissional, com foco na empregabilidade prática.
- Fortalecer as parcerias entre o INEP e o sector privado, com vista à facilitação de um processo de recrutamento mais justo, inclusivo e transparente.
- Tornar obrigatória a publicação dos critérios de selecção, listas de candidatos e resultados finais dos concursos públicos, reforçando a confiança dos cidadãos nos processos de contratação.
- Aplicar testes de habilitação literária de forma padronizada, com publicação dos resultados para garantir transparência e mérito.

b) Obstáculos identificados: O Café Cidadão realizado no distrito de Angoche decorreu de forma atípica, marcada por circunstâncias imprevistas que condicionaram a sua dinâmica habitual. Em primeiro lugar, o encontro teve de ser adiado para o dia seguinte,

devido ao falecimento de um dos chefes de posto local. Em segundo lugar, mesmo após o reagendamento, a sessão registou uma fraca adesão por parte das entidades governamentais locais, tendo contado apenas com a participação de três representantes: a Direcção do Trabalho, o Instituto Nacional de Educação de Adultos (INEP) e a Polícia. Este contexto limitou significativamente o alcance do diálogo pretendido, bem como a possibilidade de recolher contributos mais diversificados sobre os desafios vivenciados pela comunidade.

c) Recomendações

- Criar grupos de referência comunitários ou comités de seguimento para acompanhar os encaminhamentos saídos dos encontros.



Imagens V- Sessão de Conselho e Café Cidadão em Angoche

3.6 Conselho e Café Cidadão em Moma

3.6.1 Conselho Cidadão

No dia 16 de Julho, o distrito de Moma acolheu uma sessão do Conselho Cidadão. O debate esteve centrado nas vias de acesso, onde os participantes, de forma unânime, afirmaram que Moma enfrenta sérias dificuldades de acesso, com estradas degradadas e infra-estruturas precárias que comprometem o escoamento de produtos, dificultam a mobilidade da população e travam o desenvolvimento económico da região. Na ocasião os cidadãos exigiram investimentos públicos em infra-estruturas rodoviárias e maior responsabilização das autoridades locais na planificação e execução de obras públicas.

Para além das questões ligadas à mobilidade e ao acesso rodoviário, os participantes destacaram problemas nos sectores da saúde, educação, subsistência e a fraca responsabilidade social das empresas mineiras que operam na região.

a) Discussão

- Apesar do seu potencial económico, Moma enfrenta isolamento severo, agravado pela falta de estrada asfaltada e péssimas condições de transitabilidade. O transporte é caro, escasso e imprevisível, limitando o acesso a serviços essenciais e ao mercado.
- Persistem graves fragilidades nos sectores da saúde e educação, incluindo escassez de infra-estruturas, maus-tratos, cobranças ilícitas, falta de medicamentos, salas de aula insuficientes e fraca qualidade de ensino. Regista-se também consumo de drogas por alunos e ausência de ensino técnico-profissional.
- A falta de água potável e o fecalismo a céu aberto afectam directamente a saúde pública, enquanto mulheres percorrem longas distâncias para obter água.
- No sector económico, há corrupção na atribuição de vagas, comércio desregulado e falta de oportunidades para grupos vulneráveis mulheres, jovens e pessoas com deficiência. A indústria mineira actua com pouca responsabilidade social, e as autoridades locais tendem a favorecer os interesses das empresas, em detrimento das prioridades comunitárias.

3.6.2 Café Cidadão

No período da tarde, destinado ao Café-Cidadão, em resposta às críticas e os problemas levantados as autoridades locais reconheceram grande parte dos problemas levantados pela população e ao mesmo tempo foram propondo algumas soluções. No entanto, em relação ao grande entrave do desenvolvimento económico, que são as vias de acesso, esclareceu que a sua reabilitação não está sob a sua alçada, tratando-se de uma responsabilidade do governo central. O Café Cidadão reuniu moradores, líderes comunitários, representantes do governo local, servidores públicos, chefes dos postos e outras entidades para debater os principais desafios enfrentados pelo distrito.

a) Compromissos assumidos

- Recuperar a câmara de conservação de pescado no centro de pesca de Mucoroge.
- Reforçar a fiscalização local.
- Recurso a denúncia para casos de práticas comerciais irregulares
- Incentivar as denúncias de corrupção por vias formais (linha verde, livro de reclamações, chefias ou direções locais).
- Melhorar a comunicação e interação com empresas locais sobre as vagas e critérios de selecção.
- Reforço da utilização de caixas de reclamação, linhas verdes e denúncia em instâncias superiores.
- Mobilização de recursos financeiros, pois não há cabimento orçamental para a eletrificação e pagamento da corrente eléctrica, que chega a custar dois milhões mensal em uma unidade sanitária.

b) Obstáculos identificados e recomendações

As autoridades locais manifestaram apreço pelos temas abordados e demonstraram abertura para dar seguimento às preocupações dentro do âmbito das suas competências. Contudo, assinalaram a escassez de recursos como um obstáculo à implementação de determinadas actividades e à resolução de alguns problemas estruturais, cuja responsabilidade é atribuída ao governo central. Face a esta limitação, recomendou-se que as propostas que ultrapassam a esfera distrital sejam devidamente canalizadas para os órgãos centrais, com vista a influenciar decisões de nível superior.

As autoridades solicitaram, ainda, apoio do Manifesto Cidadão para assegurar que essas preocupações sejam efectivamente encaminhadas e consideradas ao mais alto nível.



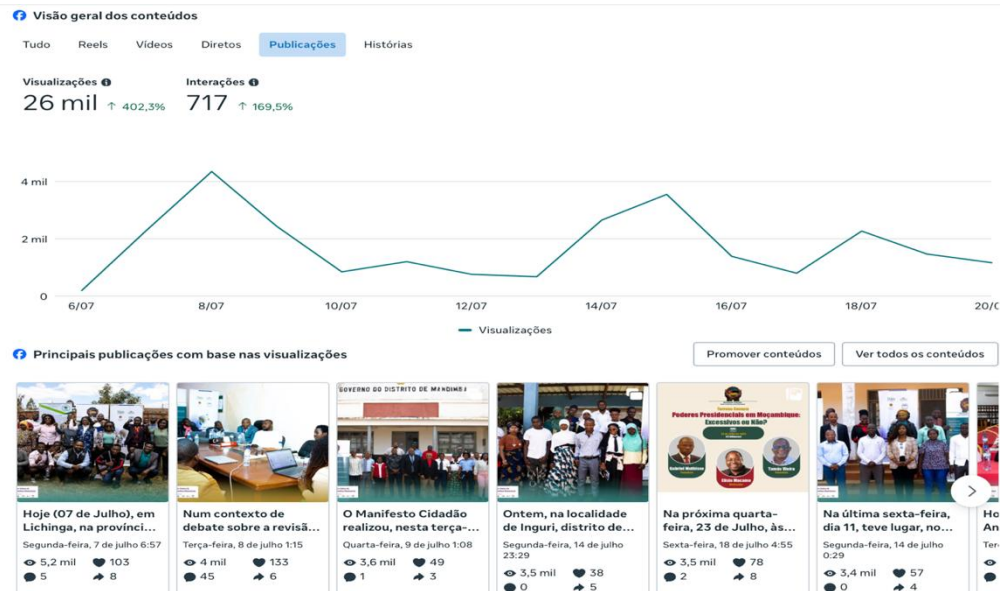
Imagens VI- Sessão de Conselho e Café Cidadão em Moimim

Alcance das publicações feitas durante as actividades do Manifesto Cidadão em Niassa e Nampula, no mês de Julho

Entre os dias 6 e 20 de Julho, no âmbito das actividades do Manifesto Cidadão nas províncias de Niassa e Nampula, foram realizadas oito publicações nas plataformas digitais da iniciativa. Estas acções de comunicação atingiram um número estimado em 26 mil visualizações, contribuindo para ampliar o debate em torno da cidadania activa e da participação democrática.

O alcance registado reflecte o interesse crescente da população pelas temáticas abordadas, bem como a eficácia das estratégias de comunicação adoptadas. As publicações

procuraram não apenas informar, mas também recolher impressões e incentivar a continuidade do diálogo entre cidadãos, organizações da sociedade civil e instituições públicas.



A nossa presença na mídia: As actividades do Manifesto Cidadão foram divulgadas através de diferentes meios de comunicação social, incluindo rádio e plataformas digitais. Esta cobertura ajudou a ampliar o alcance da iniciativa, dando visibilidade às preocupações e propostas das comunidades envolvidas. A presença na mídia contribuiu também para promover o debate público sobre cidadania, participação e governação local.



Links:

TV Owani: <https://www.facebook.com/share/v/16hxbSxbJK/>

Angoche Mídia: <https://www.facebook.com/share/v/1AK8tsQdp9/>

Angoche Mídia: <https://www.facebook.com/share/p/1Ar9DJhLXJ/>

Feedback das actividades:



4. Actividades realizadas no mês de Agosto

I Província de Nampula e Niassa

Local	Data	Evento
Monapo	21.08.25	Conselho Cidadão e Café Cidadão
Nampula	23.08.25	Terreno Comum
Marrupa	26. 08.25	Conselho Cidadão e Café Cidadão

Lichinga-Sanga	28.08.25	Conselho Cidadão
Sanga	29.08.25	Café Cidadão

II Oficinas de Ideias e Terrenos Comum região Sul

Local	Data	Orador	Evento/tema
UPM- Maputo	02.09.25	Elísio Macamo e Francisca Noronha	Oficina de Ideias: Responsabilidade da Juventude em Tempos de Crise
Universidade São Tomás-Gaza	21.08.25	Elísio Macamo	Oficina de Ideias: Responsabilidade da Juventude em Tempos de Crise
Debate virtual	20.08.25	Miguel Buendia, Jacinto Veloso e Natália Bueno	Terreno Comum: Reconciliação Nacional em Moçambique
Debate Virtual	06.08.25	Fidélia Chemane, Manuel de Araújo, Ana Nhampule e Albano Macie	Terreno Comum: Descentralização em Moçambique devolve, efectivamente, poder às províncias e aos cidadãos, ou se apenas redistribui cargos sob o controlo do centro.
Debate Virtual	23.07.25	Elísio Macamo, Gabriel Muthisse e Tomás Vieira Mário.	Terreno Comum: Poderes Presidenciais em Moçambique: Excessivos ou Não

4.1 Conselho Cidadão e Café Cidadão em Monapo

O Distrito de Monapo, localizado na província de Nampula, é um dos mais populosos da região norte de Moçambique. A sua sede é a vila de Monapo, localizada numa zona estratégica como ponto de ligação entre Nampula, Nacala e outras regiões. A população do distrito é maioritariamente jovem e dedica-se sobretudo à agricultura de subsistência.

4.1.1 Conselho Cidadão

No âmbito do Conselho Cidadão, realizado em 21 de agosto de 2025, os habitantes do distrito identificaram como principais desafios: a gestão dos apoios no período pós-ciclone, a criminalidade e a segurança comunitária, o acesso à água potável, os serviços de saúde, as condições habitacionais e as oportunidades de emprego.

a) Principais discussões

- **Gestão de apoios pós-ciclone:** Falta de transparência, inquéritos sem resultados práticos, ausência de acompanhamento.
- **Criminalidade e segurança comunitária:** Assassinatos, assaltos, roubo de produtos agrícolas, investigação policial insuficiente e falta de esclarecimentos.
- **Água potável:** Abastecimento deficiente (especialmente agosto a dezembro), água imprópria, longas distâncias para recolha.
- **Saúde:** Mau atendimento, falta de medicamentos, transferências desnecessárias, distâncias até unidades de saúde.
- **Habitação:** Preço elevado dos materiais, multas por construções informais.
- **Emprego:** Poucas oportunidades, ausência de investidores, falta de transparência no acesso às vagas.

4.1.2 Café Cidadão

O Café Cidadão realizou-se na sala de sessões do Governo Distrital, no dia 21 de Agosto. O governo reconheceu a importância e legitimidade das preocupações apresentadas pela comunidade, comprometendo-se a colaborar activamente para melhorar a qualidade dos serviços públicos. Durante o encontro, os participantes também tiveram a oportunidade de sugerir soluções para os principais desafios identificados, contribuindo para o fortalecimento do diálogo e a parceria entre comunidade e autoridades.

a) Compromissos assumidos:

Não foi possível assumir os compromissos na sua totalidade, uma vez que os dirigentes seniores não estiveram presentes por questões de agenda. Nas sessões, participaram apenas os chefes de departamento e algumas pessoas por eles indicadas, o que impossibilitou o desenvolvimento conjunto de soluções mais completas. Contudo, várias propostas foram avançadas durante o encontro.

- Criação de mecanismos de monitoria comunitária e comunicação sobre donativos em casos de desastres naturais com a participação da liderança comunitária, governo e parceiros;
- Melhorar a comunicação entre a Polícia da República de Moçambique (PRM) e a liderança local, como também patrulha de policiamento comunitário e canais de denuncia de crimes seguros.
- Investimento em soluções de pequena escala (furos e mini-sistemas) e articulação com parceiros para uma barragem no rio Monapo.
- Formação contínua dos técnicos de saúde, supervisão e responsabilização, e canais de reclamação seguros, bem como campanhas educativas via rádio comunitária.

b) Obstáculos identificados

Constatou-se a ausência dos representantes do Governo local (directores e administrador distrital), porquanto estes foram alocados para agendas de cariz partidário, em virtude da visita do partido no poder, FRELIMO, ao distrito. Tal situação prejudicou a interacção institucional desejada com o Café Cidadão e os compromissos que deveriam ter sido assumidos, dado que se encontravam apenas presentes os chefes de departamento, e não os responsáveis seniores.





Imagens VII Sessão de Conselho e Café Cidadão Monapo

4.2 Conselho e Café em Marrupa

No dia 26 de Agosto, o Manifesto Cidadão promoveu uma sessão do Conselho e Café Cidadão em Marrupa, província de Niassa, com cerca de 20 participantes oriundos de diversas comunidades do distrito, incluindo líderes comunitários e representantes de associações.

4.2.1 Conselho Cidadão

Marrupa é um distrito situado na província de Niassa, com sede na vila de Marrupa. Tem limite, a norte com o distrito de Mecula, a oeste com os distritos de Majune e Mavago, a sul com os distritos de Nipepe e Maúa e a este com os distritos de Mueda e Balama da província de Cabo Delgado.

Durante a sessão do Conselho Cidadão foram levantados os seguintes problemas: Água, conflito humano-fauna Bravia, erosão, educação, saúde, transporte e comunicação, Pós-ciclone, falta de mercado grossista, apoio às associações, centro de reassentamento, burocracia no tratamento de documentação, falta de transparência na gestão de projetos nos bairros, limitação no exercício da liberdade de expressão. De todos esses desafios elencados foram levantadas as seguintes prioridades: água, conflito humano-fauna bravia, transporte e comunicação, educação e saúde, transparência na gestão de projectos e liberdade de expressão.

a) Principais discussões:

- **Água Potável:** Escassez de água, longas distâncias e vulnerabilidade durante deslocamentos.
- **Conflito Humano-Fauna Bravia:** Elefantes invadem machambas, mortes e feridos por paquidermes, falta de compensação e abandono de áreas agrícolas.
- **Transporte e Comunicação:** Estradas em mau estado e transporte caro.

- **Educação e Saúde:** Escassez de profissionais, falta de escolas técnicas e dificuldade de acesso a medicamentos.
- **Transparência na Gestão de Projetos:** Falta de transparência na gestão de fundos e empregos.
- **Liberdade de Expressão:** Intimidação, notificações injustificadas e dificuldade de acesso a meios de comunicação.

4.2.2 Café Cidadão

O Café Cidadão foi realizado no dia 26 de Agosto na sala da Autoridade Tributária. Na ocasião, o Governo Distrital de Marrupa não se pronunciou sobre diversas temáticas, muitas das quais ficaram sem o devido desfecho devido às saídas e ausências dos representantes das entidades responsáveis por essas áreas de actuação. Ainda assim, os participantes (representantes dos directores e administrador) reconheceram parte dos problemas apresentados e comprometeram-se em dar o relatório da sessão do Café Cidadão na próxima sessão com o Governo Distrital.

a) Compromissos assumidos

Não foi possível assumir compromissos, uma vez que a reunião registou a ausência de vários representantes e a retirada de outros ao longo da sessão.

b) Obstáculos identificados

Durante o processo de auscultação, foram registados alguns constrangimentos que condicionaram a realização plena da sessão do Conselho Cidadão em Marrupa:

- **Seleção dos participantes** – verificou-se um predomínio de representantes de associações, o que reduziu a diversidade de vozes individuais na sessão.
- **Interferência do governo local** – registaram-se tentativas de participação forçada através da indicação de representantes por parte do governo distrital. Apenas após várias insistências foi possível que estes se retirassem da sala, permitindo o início formal da sessão.
- **Pressões externas** – mesmo após a retirada dos representantes indicados, o Secretário permanente (SP) de Marrupa contactou a organização, solicitando novamente a inclusão dos nomes propostos, ainda que tal já tivesse sido formalmente justificado e recusado.

- **Participação disfarçada** – foi identificada a presença do vereador da área social, que inicialmente se apresentou como um simples munícipe. Apenas após um esforço de verificação foi possível confirmar a sua identidade e assegurar a sua saída da sessão.
- **Ausência dos representantes**- durante o Café Cidadão, registou-se a ausência de posicionamento efectivo por parte de vários representantes das instituições distritais. A título de exemplo, a representante da Administradora, Diretora das Actividades Económicas de Marrupa, retirou-se da sala alegando chamadas de emergência relacionadas com outras questões da administração, regressando apenas no final da sessão. Este comportamento repetiu-se em outros representantes presentes, que optaram pelo silêncio ao longo do encontro. Apenas o representante do SERNIC interveio activamente, enquanto os demais se abstiveram de participar nas discussões.



Imagens VIII- Sessão de Conselho e Café Cidadão Marrupa

4.3 Conselho Cidadão em Sanga

No âmbito das auscultações comunitárias realizadas no distrito de Sanga, teve lugar, no dia 28 de Agosto, uma sessão do Conselho Cidadão, com a participação de representantes de diversas comunidades locais, incluindo jovens e mulheres.

O encontro teve como objectivo central identificar os principais desafios que afectam o quotidiano da população e estabelecer prioridades estratégicas para orientar o desenvolvimento local e a incidência junto das autoridades e parceiros.

a) Principais discussões

Água

- Défice estrutural no abastecimento, com 17 mil habitantes em Malulu a depender de apenas 16 furos.
- Necessidade urgente de materializar a promessa de 23 novos furos (Junho 2025).
- Escassez de água associada a riscos sociais, incluindo violência doméstica.

Saúde

- Reclamações consistentes sobre qualidade de atendimento, especialmente em maternidades.
- Cobranças ilícitas e mercado paralelo de medicamentos.
- Necessidade de consultas aos fins-de-semana e melhoria da infra-estrutura sanitária.

Educação

- Deficiências na aprendizagem (alunos da 7.^a classe sem domínio da leitura).
- Elevado custo de cursos face ao poder económico da população.
- Demanda por formações técnicas de curta duração e adaptadas ao mercado de trabalho.

Empresas e Investimentos

- Potencial agrícola inexplorado devido à falta de indústrias de processamento.
- Necessidade de criar condições para parcerias público-privadas e atrair investidores.

Serviços Bancários

- Situação crítica de exclusão financeira: taxas de intermediação superiores a 10%.

- Urgência de instalação de uma agência bancária para reduzir custos e estimular o comércio.

Acesso ao emprego

- Jovens e mulheres continuam a enfrentar exclusão em processos de acesso a emprego.
- Denúncias de práticas de corrupção, com cobranças ilícitas entre 50.000 e 150.000Mt.
- Exige-se maior rigor na supervisão da gestão de projectos e na selecção meritocrática de beneficiários.

b) Constrangimentos:

Não foi possível realizar o Café Cidadão em Sanga, uma vez que, no dia marcado, tanto a Secretaria Permanente como o responsável indicado para trabalhar connosco não atenderam as nossas chamadas, tendo mesmo desligado os telemóveis. Ninguém se mostrou disponível para nos receber, apesar de, por volta das 6 horas da manhã, nos terem contactado para confirmar a realização da sessão.

A própria organização do Conselho Cidadão mostrou-se desafiante, dado que, no mesmo dia, decorriam actividades do partido no poder, o que limitou a nossa actuação. Tal situação obrigou a proceder a alterações na composição dos participantes, uma vez que muitos dos inicialmente previstos encontravam-se envolvidos nos referidos eventos.





Imagens IX- Sessão do Conselho Cidadão em Sanga

Alcance das publicações feitas durante as actividades do Manifesto Cidadão no mês de Agosto

Durante os meses de Agosto e início de Setembro, o Manifesto Cidadão intensificou a sua presença pública através de um conjunto de actividades realizadas nas províncias do Niassa, Nampula, Gaza e Maputo. Estas acções, que incluíram Terrenos Comuns, Cafés, Conselhos Cidadãos e Oficinas de Ideias, foram acompanhadas por uma estratégia de comunicação que visou garantir visibilidade mediática, amplificação das vozes locais e reforço da imagem institucional da iniciativa.

A cobertura jornalística revelou-se particularmente expressiva no início de Setembro, com destaque para a Oficina de Ideias realizada em Maputo, no dia 2, subordinada ao tema *Responsabilidade da Juventude em Tempos de Crise*. O evento contou com a presença do sociólogo Elísio Macamo e da activista social Francisca Noronha, tendo sido moderada pela activista social Withney Sabino. A imprensa nacional marcou presença no evento, com jornalistas a recolherem testemunhos, registarem os principais momentos e divulgarem o evento em jornais, televisões, rádios e plataformas digitais. Esta oficina tornou-se o ponto alto da comunicação institucional do Manifesto Cidadão no período em

análise, tendo gerado reacções positivas nas redes sociais e despertado interesse por parte de organizações juvenis e académicas.

A visibilidade alcançada pela Oficina de Ideias em Maputo contribuiu para posicionar o Manifesto Cidadão como uma das referências no debate público sobre juventude, cidadania e crise. A cobertura mediática permitiu ampliar o alcance das mensagens centrais da iniciativa, reforçar o seu alcance nacional e promover o envolvimento cívico da juventude moçambicana. Em paralelo, foi realizada uma outra Oficina de Ideias na Universidade São Tomás, delegação de Xai-Xai, na província de Gaza, com enfoque no mesmo tema. Embora com menor cobertura jornalística, esta oficina permitiu recolher contributos relevantes e reforçar o compromisso da iniciativa com a diversidade territorial.

Nos Terrenos Comuns realizados em Maputo e Nampula, a comunicação centrou-se na recolha de testemunhos visuais e sonoros, com produção de conteúdos fotográficos e audiovisuais que documentaram os momentos de diálogo comunitário e debate público. Em Maputo, o terreno abordou questões ligadas à reconciliação, enquanto em Nampula o foco esteve no critério de atribuição de cargos na função pública. A documentação destes encontros foi posteriormente disseminada nas plataformas digitais do Manifesto Cidadão, contribuindo para valorizar as vozes locais e reforçar a narrativa da cidadania e da democratização do espaço público.

Nas províncias do Niassa e de Nampula, os Cafés e Conselhos Cidadãos realizados em Marrupa, Sanga e Monapo foram igualmente acompanhados por estratégias de comunicação comunitária. Em Marrupa, os debates centraram-se na liberdade de expressão, acesso à água, fundos de iniciativas juvenis, com destaque para a participação de jovens e líderes locais. Em Sanga, o Conselho Cidadão abordou a agricultura familiar, a nutrição, bancos, tendo sido registados testemunhos sobre os desafios da juventude rural. Em Monapo, os encontros abordaram temas como saúde, segurança e habitação, com forte envolvimento da comunidade e produção de conteúdos visuais que foram partilhados em boletins e redes sociais.

Durante este período, foram também finalizados e partilhados publicamente o boletim informativo referente às actividades realizadas entre Junho e Julho. Os boletins sistematizam os principais momentos das acções desenvolvidas, incluindo testemunhos dos participantes, fotografias dos encontros, sínteses dos debates e propostas concretas

recolhidas nos diferentes territórios. A sua partilha foi feita através dos canais digitais do Manifesto Cidadão, nomeadamente redes sociais, grupos de comunicação comunitária e listas de distribuição institucional. Os boletins foram igualmente enviado a parceiros estratégicos, órgãos de comunicação social, organizações da sociedade civil e instituições académicas, com o intuito de promover a transparência, estimular o debate público e reforçar o compromisso com uma cidadania informada e participativa.

A recepção do boletim foi positiva, tendo gerado interações significativas nas plataformas digitais e despertado interesse por parte de actores locais e nacionais. A sua divulgação contribuiu para manter viva a memória das actividades realizadas, valorizar os contributos das comunidades envolvidas e reforçar o papel da comunicação como ferramenta de transformação social.

A estratégia de comunicação adoptada procurou equilibrar a cobertura mediática nacional com a valorização dos contextos locais. A articulação com jornalistas, a produção de conteúdos multimédia e a presença nas redes sociais permitiram consolidar a imagem pública do Manifesto Cidadão, ampliar o alcance das suas mensagens e reforçar o seu papel como plataforma de cidadania activa e diálogo democrático.

Em síntese, durante estes meses houve uma forte dinâmica comunicacional, com destaque para a cobertura jornalística da Oficina de Ideias em Maputo e para a documentação das actividades junto as comunidades dos distritos das províncias de Nampula e Niassa. O impacto comunicacional destas acções confirma o interesse dos meios de comunicação em acompanhar iniciativas que promovem o envolvimento cívico, a inclusão territorial e a construção colectiva de soluções para os desafios do país.

As nossas Plataformas digitais

Website: <https://manifestocidadao.org.mz/>

Facebook, WhatsApp (Canal), TikTok, LinkedIn, YouTube e Twitter (X).

Fotos e momentos marcantes:





Imagens X- Recortes na Imprensa

5. Recomendações

Com base nos resultados observados e nos contributos recolhidos, recomenda-se que as futuras edições do Conselho Cidadão e do Café Cidadão sejam realizadas ao longo de dois dias, de forma a garantir maior preparação, criar um espaço de fala e escuta mais inclusivo e uma sistematização mais cuidada das propostas apresentadas. As questões que ultrapassem a esfera local devem ser formalmente canalizadas para os órgãos centrais de governação, acompanhadas por acções de advocacia e de seguimento institucional asseguradas por parceiros e facilitadores.

Recomenda-se igualmente a institucionalização de práticas regulares de auscultação comunitária, como instrumento legítimo de planeamento e monitoria/avaliação local, capaz de reforçar a confiança e a cooperação entre cidadãos e autoridades. Neste sentido, torna-se também fundamental reconhecer e valorizar as Oficinas de Ideias e o Terreno Comum enquanto núcleos estratégicos de debate plural, de formação cívica e de aprofundamento da democracia, garantindo que os cidadãos possam participar de forma livre e segura.

A promoção da transparência na gestão dos recursos públicos e na prestação de serviços deve constituir um pilar transversal, prevenindo práticas de captura institucional e promovendo maior responsabilização das autoridades. Paralelamente, é essencial reforçar

o papel da sociedade civil, em particular no distrito de Marrupa, para proteger a liberdade de expressão, assegurar o acompanhamento crítico das políticas públicas e criar condições para que as preocupações das comunidades sejam consideradas de forma efectiva nos processos de decisão.

Conclusão

As sessões realizadas no âmbito do Manifesto Cidadão, nomeadamente: Oficina de Ideias, Terreno Comum, Conselho Cidadão e Café Cidadão, evidenciaram:

- A relevância dos temas abordados e a profundidade das preocupações expressas pelas comunidades;
- A insuficiência do tempo destinado, face à densidade e riqueza dos contributos recolhidos;
- A persistência de desafios estruturais nos sectores de saúde, educação, segurança, infra-estruturas e actividades económicas, aliados a constrangimentos de acesso a serviços e limitações institucionais;
- A capacidade analítica das comunidades, que apresentaram propostas fundamentadas orientadas para a valorização do capital humano, a requalificação das infra-estruturas e a adopção de modelos de governação mais transparentes e participativos;
- A necessidade urgente de espaços seguros e protegidos para o exercício da cidadania, bem como de reformas políticas e constitucionais que reforcem a separação de poderes e a independência das instituições judiciais e de fiscalização;
- A persistência de condicionamentos políticos locais que procuram limitar a livre expressão dos cidadãos, incluindo pressões directas e indirectas sobre participantes e funcionários públicos.

De forma geral, as experiências demonstram que os instrumentos do Manifesto Cidadão têm forte potencial para transformar a relação entre o Estado e os cidadãos, criando bases para uma governação mais justa, inclusiva e eficaz.

Anexos

Links do Boletim:

2ª Edição <https://drive.google.com/uc?export=download...>

1ª Edição: <https://drive.google.com/uc?export=download...>

Links dos materiais:

1. <https://www.facebook.com/share/p/1AxewByjAe/>
2. <https://www.facebook.com/share/p/16y7hzFPgv/>
3. <https://www.facebook.com/share/v/19SF7cdNsa/>
4. <https://www.facebook.com/share/v/17HMdKmyXB/>
5. <https://www.facebook.com/share/p/1C4pL6Uf5n/>
6. <https://www.facebook.com/share/p/1VL9TRunKb/>
7. <https://www.facebook.com/share/v/1EyTdbrdTw/>
8. <https://www.facebook.com/share/p/17Dz7Zui9k/>
9. <https://www.facebook.com/share/v/1G6Npp56fN/>
10. <https://www.facebook.com/share/v/16xAg2zw9G/>
11. <https://www.facebook.com/share/p/1FQqXSVe9C/>
12. <https://www.facebook.com/share/p/1DMqwMkrmc/>
13. <https://www.facebook.com/share/v/16pcD11rBC/>
14. <https://www.facebook.com/limpopochannel/videos/1415223953363594/>
15. <https://www.google.com/amp/s/savana.co.mz/%3fp=8595>
16. <https://mznews.co.mz/tumultos-em-bobole%CB%90-elisio-macamo-questiona-a-formacao-dos-agentes-da-prm/>
17. <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/48239>
18. <https://news.isocmedias.co.mz/2025/09/02/elisio-macamo-destaca-papel-dos-jovens-na-consolidacao-da-democracia-e-na-responsabilidade-civica/>

19. https://opais.co.mz/elisio-macamo-questiona-formacao-dos-agentes-da-prm/?fbclid=IwdGRleAMjwB1jbGNrAyO_7mV4dG4DYWVtAjExAAEei7caUEs27Qr asgUO8I-KHBSvWRR6fqJIVYOv2r2-LGTjul_IkeHbwqbaYpM_aem_XwJ6NUH446XZXbvzJJxomw